



Revista Brasileira de Sociologia

ISSN: 2317-8507

ISSN: 2318-0544

revbrasisociologia@gmail.com

Sociedade Brasileira de Sociologia

Brasil

Pereira, Marcelo Henrique Neves
Efeitos do PAC sobre a economia e o mercado de trabalho da região metropolitana de Natal
Revista Brasileira de Sociologia, vol. 5, núm. 9, 2017, -, pp. 141-164
Sociedade Brasileira de Sociologia
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.194>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=595764503007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Efeitos do PAC sobre a economia e o mercado de trabalho da região metropolitana de Natal

Marcelo Henrique Neves Pereira*

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os efeitos do PAC 1 e 2 sobre a economia e o mercado de trabalho dos municípios mais integrados da região metropolitana de Natal-RN. Para isso realizou-se inicialmente uma contextualização sobre a região em análise, e posteriormente uma descrição dos investimentos do PAC sobre o estado do Rio Grande do Norte apontando toda as especificidades da fase 1, a qual objetivou estruturar o país para dar condições de crescimento, e da fase 2, que priorizou projetos, obras e ações nas regiões metropolitanas a fim de amenizar problemas históricos, gerar emprego e renda. No que diz respeito à metodologia esse estudo inspirou-se na taxonomia de Vergara (2000). Quanto aos fins, a pesquisa é explicativa e descriptiva. Quanto aos meios a pesquisa é documental e bibliográfica. Ressalta-se que foram utilizados dados secundários como subsídio da investigação, sendo as ações e investimentos do PAC as variáveis independentes, e o PIB dos municípios objeto do estudo, as unidades locais, o volume do pessoal ocupado, e os salários médios mensais, as variáveis dependentes. Ademais, esse estudo teve como alicerce dois recortes de tempo, entre 2007 e 2010 (PAC 1), e entre 2011 e 2013, período referente ao PAC 2. Destaca-se que em função da ausência de dados importantes do ano base 2014, a análise limitou-se ao referido período. Os resultados apontaram que, de uma maneira geral, os investimentos do PAC 1 e 2 apresentam evidências de conexão com os bons resultados

* Doutorando em Ciências Sociais. Mestre em Administração UFRN; Membro da Base de Pesquisa Poder Local, Desenvolvimento e Políticas Públicas.

da economia e do mercado de trabalho dos municípios mais integrados da RMN, principalmente em função dos investimentos estruturais focados na logística, na fase 1, e dos investimentos específicos na região metropolitana na fase 2, os quais amenizaram consideravelmente os efeitos da crise mundial iniciada em 2008. Por fim, as análises ratificaram a significativa correlação e importância das políticas públicas locais de desenvolvimento, apoiadas pelo governo federal, em destaque o PROADI e o PRODETUR, sobre os resultados positivos da economia e do mercado de trabalho da região analisada.

Palavras-chave: economia; mercado de trabalho; PAC.

ABSTRACT

EFFECTS OF THE PAC ON THE ECONOMY AND THE JOB MARKET OF THE METROPOLITAN NATAL REGION

The present study aims to analyze the effects of PAC 1 and 2 on the economy and labor market of the most integrated municipalities in the metropolitan region of Natal-RN. To do this, a contextualisation was first made about the region under analysis, and later a description of the investments of the PAC on the state of Rio Grande do Norte, pointing out all the specificities of phase 1, which aimed to structure the country to provide conditions for growth, and phase 2, which prioritized projects, works and actions in the metropolitan regions in order to alleviate historical problems, generate employment and income. As far as the methodology is concerned, this study was inspired by the taxonomy of Vergara (2000). As for the ends, the research is explanatory and descriptive. As for the means the research is documentary and bibliographical. It should be noted that secondary data were used as research subsidy, with PAC actions and investments being the independent variables, and the PIB of the municipalities studied, the local units, the volume of personnel employed, and the average monthly salaries, the dependent variables. In addition, this study was based on two time cuts, between 2007 and 2010 (PAC 1), and between 2011 and 2013, period referring to PAC 2. It should be noted that due to the absence of important data for the base year 2014, analysis was limited to that period. The results showed that PAC 1 and 2 investments in general present evidence of a connection with the good results of the economy and the labor market of the more integrated municipalities of RMN, mainly due to the structural investments focused on logistics, in phase 1, and of specific investments in the metropolitan region in phase 2, which considerably softened the effects of the global crisis that began in 2008. Finally, the analyzes confirmed the significant correlation and importance of the local public development policies supported by the federal government, highlighting PROADI and PRODETUR, on the positive results of the economy and the labor market in the region analyzed.

Key Words: economics; job work; PAC.

Introdução

No campo dos estudos do desenvolvimento econômico, a relação das políticas públicas com as atividades produtivas e o mercado de trabalho sempre foi foco de análise. O cerne deste estudo não é diferente, pois busca analisar os efeitos do PAC sobre a economia e o mercado de trabalho dos municípios mais integrados da região metropolitana de Natal. A princípio realçamos que a concepção adotada é que a RMN continua em formação, e que o conceito tido como referência é definido por Clementino (2015b, p. 7):

...um aglomerado urbano não propriamente metropolitano com visíveis sinais de um processo de metropolização definido por dois movimentos: um físico, de expansão da malha urbana configurando um espaço urbanizado interligado nucleado por Natal, mesmo com muitos vazios; outro, socioeconômico e político-administrativo (mesmo que formal), em que se articula um conjunto de atividades que se alavancam mutuamente (produção, consumo, habitação, serviços de turismo, comunicações) atando a cidade de Natal aos municípios do entorno e conferindo a essa área uma certa sinergia.

Segundo Clementino e Ferreira (2015b, p.124), “no interior da Região Metropolitana apenas quatro, de um total de dez municípios, encontram-se fortemente integrados, quais sejam: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Extremoz.” Nesse sentido, visando uma maior objetividade, esse estudo se concentrará nessas cidades.

É importante destacar que o aporte teórico e as abordagens iniciais unidos se tornam um ferramental analítico sólido, sobretudo por possibilitar uma análise mais consistente e heterodoxa da região objeto.

Para subsidiar as análises, frisamos inicialmente que a dinamização das atividades produtivas dos municípios mais integrados da RMN foi resultado de políticas de desenvolvimento nacionais, as quais o Estado colocou em prática.

A Região Metropolitana de Natal apresentou significativa evolução a partir dos anos 70, momento em que iniciou o processo de consolidação da área mais dinâmica do estado, a partir da concentração de atividades produtivas que geraram emprego e renda. As décadas de 1970 e 1980 caracterizaram-se por esforços desenvolvimentistas do governo federal no Rio Grande do Norte, principalmente através da criação e implementação do PROADI – Programa de Apoio à Industrialização do Rio Grande do Norte, em 1985. Segundo Araújo *et alli* (2015) o programa foi preponderantemente concentrado na RMN. Após uma década, Natal passou a ter uma importância ainda mais fundamental no PIB da região, em função, não só da sua vocação turística fomentada por esforços desenvolvimentistas nacionais como o PRODETUR¹ (Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo - criado pelo Estado em 1995), como também pela manutenção da concentração dos investimentos do PROADI em seu entorno, contexto este que revela a dependência em relação ao Estado no que tange a construção de um cenário econômico favorável ao desenvolvimento.

Contudo, na mesma década, o estado passou a sofrer com as políticas de reorientações neoliberais. Segundo Araújo *et alli* (2015, p.119), “a tese do Estado Mínimo, concretamente praticada pela União e pelos governos subnacionais através das privatizações levou os governos estaduais à adoção de guerra fiscal como principal mecanismo de política atrativa de capitais produtivos”. Como consequência da soma das práticas neoliberais, da ineficácia do PROADI, e da ausência de estratégias do governo local, após três décadas os municípios mais integrados da RMN ainda sofrem com a não disseminação da riqueza, com o baixo índice de geração de emprego, e insignificantes médias salariais. Cumpre frisar, a título de contextualização, que na visão de Araújo *et alli* (2015) a performance produtiva da Região Metropolitana de Natal em face ao Rio Grande do Norte é favorecida pela existênc-

¹ Objetivo do PRODETUR: permitir a expansão da atividade turística de forma planejada e sistemática, a partir da definição de macroestratégias de atuação previamente definidas, com o claro sentido de integrar a mão-de-obra.

cia de vantagens locacionais, sobretudo as decorrentes de economias de aglomeração. Ademais, a ausência de uma política de desenvolvimento realmente voltada para o estado do Rio Grande do Norte em sua totalidade implica na excessiva concentração de riqueza, emprego e salários na RMN. Os referidos autores, afirmam ainda que os esforços desenvolvimentistas da União para a região Nordeste e para o Rio Grande do Norte foram se tornando débeis, embora representassem um esforço de contraposição à orientação econômica neoliberal.

E é nesse contexto que a presente pesquisa assume como pressuposto a dependência das iniciativas estatais nos municípios mais integrados da região metropolitana de Natal para um cenário econômico favorável. Assume-se ainda como pressuposto que as aplicações do PAC no estado do Rio Grande do Norte traz por consequência efeitos positivos na economia e no mercado de trabalho da referida região, cabendo a este estudo desvelar o grau e as implicações dos investimentos.

Com vistas a atingir a proposta de trabalho, ou seja, analisar os efeitos do PAC 1 e 2 sobre a economia e o mercado de trabalho nos municípios mais integrados da região metropolitana de Natal, o estudo inicia-se com a apresentação dos investimentos do PAC 1 e PAC 2 no Rio Grande do Norte (Seção 2). A seção 3 busca analisar as transformações da economia dos municípios mais integrados da região metropolitana de Natal, tendo como referência o PIB dos municípios e as unidades locais. Na 4^a seção, as transformações no mercado de trabalho da RMN são apresentadas levando em consideração o contexto macroeconômico e as mudanças sociais, e tem como métrica o volume de pessoal ocupado, bem como a variação dos salários médios do pessoal ocupado. Finalmente, tem-se as considerações finais, a partir de uma análise com base na integração dos dados pesquisados e das informações geradas. (Seção 5).

Para caracterizar a pesquisa este estudo inspirou-se na taxionomia apresentada por Vergara (2000), que propõe a caracterização da pesquisa a partir de dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, a pesquisa é explicativa e descriptiva. Explicativa porque visa elucidar os efeitos do PAC 1 e 2 sobre a economia e o mercado de trabalho dos municípios mais integrados da região metropolitana de Natal-RN. Descriptiva porque expõe as diretrizes, e os investimentos do PAC 1 e 2, informações estas que dão base às explanações das relações entre as variáveis.

Quanto aos meios a pesquisa é documental e bibliográfica. Documental porque utiliza-se de documentos oficiais, como por exemplo os balanços do Programa de Aceleração do Crescimento. Bibliográfica porque para a fundamentação teórica do estudo foi realizada uma investigação sobre os seguintes assuntos: Transformações recentes na dinâmica urbana da região metropolitana de Natal; Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e 2); Economia e mercado de trabalho dos municípios mais integrados da região metropolitana de Natal. Ressalta-se que foram utilizados dados secundários, sendo as ações e investimentos do PAC as variáveis independentes, e o PIB dos municípios objeto do estudo, as unidades locais, o volume do pessoal ocupado, e os salários médios mensais as variáveis dependentes.

Investimentos do PAC 1 e 2 no Rio Grande do Norte

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado em 28 de janeiro de 2007, pelo governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Trata-se de um programa do governo federal brasileiro que é constituído por um conjunto de políticas econômicas, e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil. O PAC é um planejamento estratégico inicialmente com foco no setor estruturante, visando o crescimento do emprego e renda, mas acima de tudo criar base para o crescimento do Brasil. Prevendo investimentos totais de R\$ 503,9 bilhões até 2010, O PAC 1 teve como prioridades o investimento em infraestrutura, e em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos. Em 31 de dezembro de 2010, R\$ 619 Bilhões haviam sido investidos, superando as expectativas iniciais. (PAC 1, 2010).

Após a realização da primeira fase, observou-se que houve significativo avanço estrutural em todo o território brasileiro, tendo como destaques: 6.377 quilômetros de obras em rodovias; 909 quilômetros de obras em ferrovias, 12 novos campos e 12 plataformas em operação no setor de Petróleo e gás, além de 3.776 quilômetros de gasodutos construídos. Ademais 1.323 obras foram concluídas no setor de habitações e saneamentos.

No que tange as obras concluídas entre 2007 e 2010, foram investidos R\$ 444 bilhões, o que representa 82% dos investimentos previstos. Especificamente no estado do Rio Grande do Norte, os eixos contemplados com obras concluídas nesse período foram a Logística; a Geração de Energia; Petróleo, gás natural e combustíveis renováveis; e o eixo social urbano. Das obras previstas foram concluídas a duplicação da rodovia Natal-Arês; Duplicação da BR entre as divisas do Rio Grande do Norte e da Paraíba; Unidade de Transmissão de Energia Potiguar III; Refino e petroquímica Clara Camarão (formulação da gasolina); Luz para todos (52.525 ligações de energia); e a estrutura de Recursos Hídricos da Serra de Santana.

O PAC 2, por sua vez, foi lançado em 29 de março de 2010 e previa recursos da ordem de R\$ 1,59 trilhão em uma série de segmentos, tais como transportes, energia, cultura, meio ambiente, saúde, área social e habitação. Foram 6 os eixos de investimentos do PAC 2: Cidade Melhor², Comunidade Cidadã³, Minha Casa, Minha Vida⁴, Água e Luz para todos (expansão do Luz para Todos), Transportes e Energia.⁵ O PAC 2 objetivou dar continuidade aos investimentos em infraestrutura geral, porém priorizou as regiões metropolitanas com investimentos que visaram solucionar problemas históricos, tais

2 Objetivo do Programa Cidade Melhor: Enfrentar os principais desafios das grandes aglomerações urbanas, propiciando melhor qualidade de vida.

3 Objetivo do Programa Comunidade Cidadã: aumentar a cobertura de serviços pelo Estado.

4 Objetivo do Programa Minha Casa, Minha Vida: Redução do déficit habitacional, dinamizando o setor de construção civil e gerando trabalho e renda.

5 Objetivo do Programa Luz para Todos: Universalização do acesso à água e à energia elétrica; energia: garantir a segurança do suprimento, a partir de uma matriz energética baseada em fontes renováveis e limpas.

como: urbanização de favelas, saneamento ambiental, mobilidade urbana, pavimentação, drenagem, contenção de encostas. Por outro lado, o PAC 2 focou também na abertura das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Unidades Básicas de Saúde (UBS), pré-escolas, creches, postos comunitários, de segurança e espaços de esporte e lazer (PAC 2, 2014).

Cumpre frisar que no período de execução do PAC 2, o Brasil sentia os efeitos da crise econômica que ecoava pelo mundo desde 2008; contudo, suas diretrizes trouxeram resultados significativos. Nessa fase mais de 40.000 empreendimentos foram criados em todas as regiões brasileiras, totalizando 1 trilhão em investimento. O programa Minha Casa Minha Vida, um dos destaques da segunda fase do PAC 2, gerou 154,3 mil postos de trabalho, e 2 milhões de empregos diretos. 1,87 milhões de moradias foram construídas, beneficiando mais de 7 milhões de pessoas. No que diz respeito ao eixo energia, o PAC 2 promoveu a entrada de 15.908 megawatts (MW) no parque gerador brasileiro. Destaca-se ainda, a conclusão de 28 empreendimentos em exploração e petróleo, a operacionalização de mais 8 plataformas, 372 poços exploratórios, e o início da operação da Refinaria de Abreu e Lima (PE), com capacidade de 230 mil barris de petróleo por dia. No eixo da logística, foram concluídos mais de 5.100 quilômetros de obras em rodovia; mais de 1000 quilômetros de ferrovia; mais de 30 empreendimentos em portos brasileiros; ampliação da capacidade dos aeroportos brasileiros para mais de 70 milhões de passageiros por ano, através de 37 empreendimentos. Através do programa Luz para todos, foram finalizados mais de 538 mil ligações de energia elétrica para milhões de pessoas que vivem no campo. 238 cidades tiveram sistemas de abastecimento de água implantados, e no eixo de saneamento, através de 1.601 empreendimentos, foram investidos 11,5 bilhões. Por fim, destaca-se a conclusão de 31 empreendimentos do eixo mobilidade urbana.

No estado do Rio Grande do Norte especificamente, a concentração dos investimentos focou nos eixos da logística, Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa Minha Vida, Água e Luz para to-

dos, saneamento, Mobilidade Urbana e Cidades Históricas. Nesse sentido, das obras concluídas destacam-se a duplicação da BR; a ampliação do terminal de Areia Branca; Dragagem do porto, e ampliação do terminal de passageiros; Concessão do aeroporto de São Gonçalo do Amarante; Construção da pista e do Pátio; Sistema Seridó (água urbanas); Acesso do novo aeroporto em São Gonçalo do Amarante; Construção e pavimentação entre Patu e a divisa do Ceará, e entre Mossoró e Campo Grande; 27 usinas eólicas foram construídas; 332,4 milhões foram investidos em saneamento; e 10 cidades históricas potiguares receberam 43,5 milhões em investimentos.

Economia dos municípios mais integrados da região metropolitana de Natal (2007 – 2010 / 2011-2013)

Como já destacado, na Região Metropolitana de Natal apenas quatro municípios, de um total de dez, encontram-se fortemente integrados, isto é, Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Extremoz, razão esta que justifica a concentração da análise desses municípios. Nesse sentido, a análise do número de unidades locais, bem como do Produto Interno Bruto dessas cidades, nos períodos correspondentes do PAC 1 (2007-2010), e do PAC 2 (2011-2014), se faz necessária para embasar as conclusões da proposta do artigo.

O Governo Lula (2003-2006) caracterizou-se pela inflação baixa, crescimento do PIB (2,6%)⁶, redução do desemprego e constantes recordes da balança comercial. No dia 28 de janeiro de 2007, em seu segundo mandato (2007-2010), foi lançado o PAC 1, com expectativa de estimular um crescimento do PIB de 4,5% em 2007 e de 5% ao ano até 2010. O PAC 1, pode ser definido como um plano estratégico com foco no setor estruturante do Brasil visando o crescimento do emprego e renda, mas acima de tudo visando criar base para o crescimento nacional, inicialmente sem o objetivo de priorizar as regiões metropolitanas.

⁶ Crescimento do PIB referente ao período citado (2003-2006).

A tabela 1 apresenta a variação dos dados do PIB dos municípios mais integrados da RMN, entre a média da série histórica Pré-PAC (2003-2006 – período similar ao tempo de execução do PAC 1 – 4 anos) e o último ano do PAC 1 (2010). Os dados evidenciam o crescimento do PIB após 4 anos de realização das ações do PAC 1. A soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos na região objeto do estudo teve um aumento de R\$ 7.238.328,25, o que equivale a 88,13% de crescimento. Clementino (2015b), destacou que a boa performance produtiva da RMN no período recente, certamente, é favorecida pela existência de vantagens locacionais, sobretudo decorrentes de economias de aglomeração.

É mister destacar que os eixos contemplados com obras concluídas nesse período no estado do Rio Grande do Norte foram a Logística; a Geração de Energia; Petróleo, gás natural e combustíveis renováveis; e o eixo social urbano. Das obras previstas foram concluídas a duplicação da rodovia Natal-Arês; Duplicação da BR entre as divisas do Rio Grande do Norte e da Paraíba; Unidade de Transmissão de Energia Potiguar III; Refino e petroquímica Clara Camarão (formulação da gasolina); Luz para todos (52.525 ligações de energia); e a estrutura de Recursos Hídricos da Serra de Santana. Nesse sentido, pode-se inferir que os efeitos do PAC 1 sobre o crescimento do PIB da região devem-se ao fato do bom momento econômico vivido pelo país marcado pela baixa inflação, pela confiança dos investidores na região e pelas obras concluídas.

Tabela 1 – PIB dos municípios mais integrados da RMN (R\$)

Município	SÉRIE HISTÓRICA PRÉ-PAC (2003-2006)	2007 (PAC)	2008 (PAC)	2009 (PAC)	2010 (PAC)	GAP PERÍODO PRÉ-PAC C/PAC	GAP (%)
Parnamirim	1.110.081,75	1.401.851	1.737.818	1.964.089	2.350.562	+1.240.480,25	+111,74%
Extremoz	121.162,50	331.397	122.024	134.299	149.619	-28.456,50	-23,48%
Natal	6.303.571,25	8.020.993	8.858.669	10.362.496	11.997.401	+5.693.829,75	+90,32%
São G. do Amarante	678.293,25	612.693	739.234	817.521	953.855	+275.561,75	+40,62%
RMN	8.213.108,75	10.366.934	11.457.745	13.278.405	15.451.437	+7.238.328,25	+88,13%

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 14 de março de 2017.

No período entre a série histórica pré-PAC ⁷(2003-2006) e o último ano do PAC 1 (2010), Parnamirim foi o município cujo PIB evoluiu mais (111,74%). Esses dados podem ser explicados pelo intenso crescimento econômico do setor imobiliário do município no período em análise. Natal, apesar dos múltiplos problemas enfrentados como a mobilidade, elevados preços do solo e imóveis e da exiguidade espacial, apresentou um aumento de 90,32% em 4 anos. Considerando que o Turismo é uma das atividades-chave da economia da capital, é pertinente afirmar que o bom resultado decorre, não só da influência do PAC 1, como também das ações do Programa de desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), criado pelos governadores dos estados do Nordeste, apoiados pelo governo Federal.

Vidal (2010, p.1) destaca a vocação natural do município de Natal, e a importância do PRODETUR para o incremento e desenvolvimento da atividade turística:

A partir dos anos 1990, tendo como pressuposto básico a aceitação do turismo como vocação natural da Região Nordeste, foram implantadas ações do Estado e do mercado, dinamizando o turismo de “Sol e Mar”; em Natal a exploração incluiu os sistemas de dunas, lagoas e praias. Nela, o incremento da atividade turística resultou da implantação do Parque Hoteleiro da Via Costeira, do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR I e PRODETUR II.

Ademais, outro fator que pode ser considerado como potencializador do PIB da capital, e consequentemente dos municípios mais integrados da RMN, é o setor imobiliário, fomentado, sobretudo, pelo Marketing Turístico. Para Dantas, Ferreira e Clementino (2010, p. 203):

⁷ O critério para a escolha do tempo da série histórica pré-PAC (2003-2006/4 anos) está relacionado com a dimensão a qual foi comparada, ou seja, o PAC 1 (2007-2010), também composto por quatro anos.

O Marketing turístico foi fundamental para incentivar o turista a se interessar e a se tornar proprietário de imóveis: além da mídia, as principais imobiliárias montam stands nos principais shoppings da cidade em eventos internacionais, possuem sites na internet e parte de seus funcionários são bilíngues.

Clementino (2015a) destaca ainda que a capital é aglutinadora de atividades econômicas, fato este que lhe dá uma condição superlativa.

A tabela 2 destaca a participação em percentual dos municípios mais integrados da RMN. Os números evidenciam que, embora Parnamirim tenha apresentado um maior crescimento do PIB em valores brutos, percentualmente mantém a segunda participação do PIB da região (14,67%). Natal, ao longo do período de análise, mantém-se capitaneando a participação do PIB da região, com uma média de 77,59%.

Tabela 2 – Percentual do PIB dos municípios mais integrados da RMN (%)

Município	2007	2008	2009	2010	MÉDIA
Parnamirim	13,52%	15,16%	14,79%	15,21%	14,67%
Extremoz	3,19%	1,06%	1,01%	0,96%	1,55%
Natal	77,37%	77,31%	78,04%	77,64%	77,59%
São G. do Amarante	5,91%	6,45%	6,15%	6,17%	6,17%
Total RMN	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

O destaque negativo, em evidencia na Tabela 2, é a sequencial queda da participação do PIB do município de Extremoz. Cumpre frisar que a economia do município divide-se em três setores, o primário, o secundário e o terciário. Destes, o setor que rende mais no produto interno bruto municipal, segundo o IBGE (2016) é o setor secundário, seguido pelo terciário.

A tabela 3, apresenta os dados do número de unidades locais entre o período pré-PAC 1 (ano de referência 2006), e o último ano de realização do PAC 1. Os números evidenciam que houve um aumento de 20,03% de unidades locais no período em análise. Cumpre frisar

que não foi possível estabelecer a média entre os quatro anos do período pré-PAC (2003-2006) em função da ausência de dados publicados pelo IBGE. Neste sentido, utilizamos apenas os dados de 2006, ano de inicio dos registros de unidades locais.

Tabela 3 – Número de Unidades Locais PAC 1

Município	2006 (S/PAC)	2007 (PAC)	2008 (PAC)	2009 (PAC)	2010 (PAC)
Parnamirim	2.535	2.464	2.958	3.121	3.431
Extremoz	154	165	173	197	208
Natal	19.994	20.427	21.982	22.166	23.494
São G. do Amarante	497	520	545	596	691
Total RMN	23.180	23.576	25.658	26.080	27.824

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 4 de junho de 2016.

Natal, apesar de continuar com um número significativamente superior de unidades locais, foi o município que apresentou o menor crescimento, isto é, 17,50%. O município de São Gonçalo do Amarante foi o que mais se destacou neste período, aumentando em 39% a variável em análise. Esses dados são ratificados na tabela 4.

Tabela 4 – GAP Número de Unidades Locais PAC 1 – Período Pré-Pac

Município	2006 (S/PAC)	2010 (PAC)	GAP	GAP (%)
Parnamirim	2.535	3.431	+ 896	+ 35,34 %
Extremoz	154	208	+ 54	+ 35,06 %
Natal	19.994	23.494	+ 3.500	+17,50 %
São G. do Amarante	497	691	+ 194	+ 39 %
Total RMN	23.180	27.824	+ 4.644	+ 20,03

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 4 de junho de 2016.

O PAC 2, (2011-2014) por sua vez, objetivou dar continuidade aos investimentos em infraestrutura geral, porém buscou priorizar as regiões metropolitanas com investimentos que visaram solucionar problemas históricos, tais como a urbanização de favelas, saneamento ambiental, mobilidade urbana, pavimentação, drenagem, contenção de encostas. Buscou ainda criar unidade de pronto atendimento

(UPA), unidades básicas de saúde (UBS), pré-escolas, creches, postos comunitários, postos de segurança e espaços de esporte, lazer e cultura.

Os dados da tabela 5, destacam a variação do PIB dos municípios mais integrados da RMN no período de execução do PAC 2 (2011-2013). É importante frisar que o ano de 2014 não foi incluído na análise, já que ainda não há dados oficiais do IBGE publicados.

Os municípios mais integrados da RMN, apresentaram significativo crescimento do PIB entre o fim do PAC 1 e o terceiro ano do PAC 2, isto é, 59,98%. Comparando com o período do crescimento referente ao pré-PAC (2006) e o fim do PAC 1 (2010), que foi de 62,95%, houve uma ligeira queda (2,97%), contudo, ainda assim o resultado pode ser considerado positivo, já que o mundo enfrentara uma significativa crise econômica mundial iniciada em 2008.

Tabela 5 – PIB a preços correntes (PAC 2)

Município	2010 (PAC 1)	2011 (PAC)	2012 (PAC)	2013 (PAC)	GAP PERÍODO PAC 1–PAC 2	GAP (%)
Parnamirim	2.350.562	2.597.433	2.948.677	3.329.756	+ 979.194	+ 41,65%
Extremoz	149.619	231.317	266.034	294.340	+ 144.721	+ 96,72%
Natal	11.997.401	12.273.091	17.666.580	19.992.607	+ 7.995.206	+ 66,64%
São G. do Amarante	953.855	990.084	968.729	1.103.654	+ 149.799	+ 15,70%
RMN	15.451.437	16.091925	21.850.020	24.720357	+ 9.268.920	+ 59,98%

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 4 de junho de 2016.

No período em análise, o município que mais evoluiu no que diz respeito ao PIB foi Extremoz (96,72%), contudo sua participação no contexto geral ainda é significativamente pequena. São Gonçalo do Amarante, no período analisado do PAC 2, não manteve o mesmo ritmo de crescimento, já que saiu do patamar de aumento de 53,59% do PIB ocorrido no período entre o ano pré-PAC (2006) e o ano de encerramento do PAC 1 (2010), para um crescimento de apenas 15,70% na segunda fase. Parnamirim também não manteve o ritmo de crescimento comparado ao PAC 1, pois obteve um crescimento de 90,32% na referida fase, e no segundo período analisado aumentou o PIB em

41,65%. A capital Natal, por sua vez, apresentou um bom resultado no PAC 2, já que a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos no município apresentou aumento de R\$ 7.995.206,00. (+66,64%)

No que concerne à variação do número de unidades locais existentes nos municípios mais integrados da Região Metropolitana de Natal (PAC 2), os dados apontam para um aumento de 10,56% (+2.940 und), comparado com os números do PAC 1 conforme tabela 6.

Tabela 6 – GAP Número de Unidades Locais PAC 1 – PAC 2

Município	2010 (PAC 1)	2013 (PAC 2)	GAP	GAP (%)
Parnamirim	3.431	4.368	+ 937	+27,30%
Extremoz	208	273	+ 65	+31,25%
Natal	23.494	25.222	+ 1.728	+7,35%
São G. do Amarante	691	901	+ 210	+30,39%
Total RMN	27.824	30.764	+ 2.940	+10,56%

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 4 de junho de 2016.

Como destaque no que tange a variável em análise, tem-se o município de Extremoz que evoluiu 31,25%. Esses números refletiram no aumento do PIB, como visto na tabela 5 (96,72%). Contudo, os bons sinais de evolução do município de Extremoz não impactaram os números dos municípios mais integrados da RMN, já que sua participação percentual é significativamente baixa. A capital Natal, por sua vez, que possuía 23.494 unidades locais no final do PAC 1, apresentou um tímido crescimento de 7,35%, comparado ao crescimento de Parnamirim (27,30%) e de São Gonçalo do Amarante (30,39%).

Transformações no mercado de trabalho da região metropolitana de Natal

Os municípios mais fortemente integrados da RMN passaram por significativa transformação no seu mercado de trabalho nos últimos anos. Segundo Clementino (2015b, p.131), “essa transformação foi

resultante das modificações socioeconômicas ocorridas no Brasil e, em particular, na RMN.” A referida autora ainda ressalta que é característica dessa região uma concentração das atividades e ocupações econômicas na capital do estado e sede da RMN.

O pessoal ocupado assalariado nos municípios mais integrados da RMN, apresentou um crescimento de 123,62%, entre o ano pré-PAC (2006) e o último ano do PAC 1 (2010), conforme dados da tabela 7. Destaca-se que não foi possível estabelecer a média entre os quatro anos do período pré-PAC (2003-2006), no que tange ao pessoal ocupado assalariado, em função da ausência de dados publicados pelo IBGE. Neste sentido, utilizamos apenas os dados de 2006, ano de início dos registros de unidades locais.

Tabela 7 – Pessoal ocupado assalariado PAC 1

Município	2006 (S/PAC)	2007 (PAC)	2008 (PAC)	2009 (PAC)	2010 (PAC)
Parnamirim	21.664	22.340	26.316	27.377	32.191
Extremoz	1.201	1.134	1.139	1.352	1.685
Natal	247.818	262.547	275.335	282.921	299.913
São G. do Amarante	8.785	9.210	8.813	9.784	11.715
Total RMN	279.468	295.231	311.603	321.434	345.504

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 4 de junho de 2016.

Todos os municípios apresentaram significativas taxas de crescimento do número de pessoal ocupado assalariado no período em análise, contudo Parnamirim se destacou já que apresentou um aumento de 48,59%, isto é, mais 10.527 ocupações assalariadas. Extremoz, por sua vez, apresentou um aumento de 40,29% do pessoal ocupado assalariado dos municípios mais integrados da RMN, porém, foi o que em números de ocupações contribuiu menos para a melhoria do cenário da região, isto é, 484 vagas. Já o município de São Gonçalo do Amarante, criou 2.930 ocupações assalariadas, o que representa um aumento de 33,35%. Por fim, apesar do menor crescimento percentual (+ 21,02%), comparado aos demais municípios, Natal, foi a cidade que criou mais ocupações assalariadas (52.095), conforme tabela 8.

Segundo Clementino (2010) o PROADI, programa de apoio ao desenvolvimento do estado do Rio Grande do Norte, que iniciou-se em 1986, entre os anos 2003 e 2007 continuava concentrado na RMN, já que absorvia 75,2% dos investimentos. Nesse sentido, é lícito supor que o bom desempenho do pessoal ocupado não só é reflexo das ações e das obras do PAC 1 como também do referido programa.

Tabela 8 – GAP Pessoal ocupado assalariado PAC 1 – Período PRÉ-PAC

Município	2006 (S/PAC)	2010 (PAC)	GAP
Parnamirim	21.664	32.191	+ 10.527 (+ 48,59%)
Extremoz	1.201	1.685	+ 484 (+ 40,29%)
Natal	247.818	299.913	+ 52.095 (+ 21,02%)
São G. do Amarante	8.785	11.715	+ 2.930 (+ 33,35%)
Total RMN	279.468	345.504	+ 66.036 (123,62%)

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 4 de junho de 2016.

Nesse sentido, o crescimento do número de pessoal ocupado assalariado neste período, não somente pode decorrer-se das ações e obras do PAC 1, como também pode ter como fundamento as estratégias do PROADI e do PRODETUR I e II. Araújo (2010) destaca que os investimentos do programa concentram-se em projetos de empresas que operam com intensidade tecnológica baixa e médio-baixa (96,4%) onde também estão concentrados 96,2% dos empregos.

A Tabela 9 evidencia as variações do salário médio mensal, entre o ano pré-PAC (2006) e o último ano do exercício do PAC 1. Observa-se que a média do salário médio mensal do municípios mais integrados da RMN ao final do exercício do PAC 1 foi de 2,3, e que no ano pré-PAC (2006) foi de 2,25, havendo portanto um gap positivo de 0,05%. Considerando que a inflação acumulada neste período (2007-2010) foi de 20,56%, segundo a ADVFN (2016), e que o aumento da média salarial dos municípios mais integrados da região metropolitana de Natal foi de apenas 2,22%, pode-se inferir que apesar da melhoria da média salarial, as políticas públicas adotas, somadas ao ações e obras do PAC 1, não representou um efeito significativo no que diz respeito a variável analisada.

Tabela 9 – Salário Médio Mensal

Município	2006 (S/PAC)	2007 (PAC 1)	2008 (PAC 1)	2009 (PAC 1)	2010 (PAC 1)	MÉDIA SALARIAL	GAP (MÉDIA PAC 1 – PRÉ-PAC)
Parnamirim	2,4	1,9	2,4	2,4	2,3	2,25	-0,15
Extremoz	1,4	1,6	1,7	1,7	1,7	1,67	+0,27
Natal	3,2	3,1	3,2	3,1	3,1	3,12	-0,08
São G. do Amarante	2,0	2,0	2,2	2,0	2,1	2,07	+0,07
SMM RMN	2,25	2,15	2,37	2,3	2,3	2,27	+ 0,02

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 4 de junho de 2016.

Apesar do inexpressivo aumento da média salarial dos municípios mais integrados da RMN, Natal manteve-se como a cidade com melhor média salarial no período (3,12 smm), seguida de Parnamirim (2,25 smm), São Gonçalo do Amarante (2,07 smm) e Extremoz (1,67 smm). Ademais, cumpre frisar que apesar do município de Extremoz ser a menor média de salário do grupo, foi justamente o que obteve o maior crescimento salarial (0,27 smm), considerando o gap entre a média do período do PAC 1, e o ano de 2006 (pré-PAC).

No que diz respeito a variação do pessoal ocupado assalariado entre o PAC 1 e o PAC 2, observa-se na tabela 10 um crescimento de 6,8%. Em números brutos de ocupações criadas, a cidade de Natal foi a que mais gerou oportunidades de empregos assalariados (+ 11.620), porém a cidade de Parnamirim destacou-se também com a geração de mais 10.402 vagas assalariadas.

Tabela 10 – Pessoal ocupado assalariado PAC 2

Município	2010(PAC1)	2011	2012	2013	GAP (PAC 1- PAC 2)
Parnamirim	32.191	34.929	38.814	42.593	+10.402 (+ 32,31%)
Extremoz	1.685	1.778	2.448	2.620	+ 935 (+ 55,48%)
Natal	299.913	305.604	316.207	311.533	+11.620 (+ 3,87%)
São G. do Amarante	11.715	11.216	11.628	12.586	+ 871 (+ 7,43%)
Total RMN	345.504	353.527	369.097	369.332	+ 23.828 (+ 6,8%)

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 4 de junho de 2016.

A tabela 11 expõe os dados referentes à variação do salário médio mensal dos municípios mais integrados da RMN, no período do exercício das ações do PAC 1 e 2.

Tabela 11 – Salário Médio Mensal PAC 2 – PAC 1

Município	2010 (PAC)	2011 (PAC 2)	2012 (PAC 2)	2013 (PAC 2)	MÉDIA SALARIAL (PAC 2)	GAP (PAC1 – PAC 2)
Parnamirim	2,3	2,2	1,9	2,0	2,03	- 0,27
Extremoz	1,7	1,6	1,7	1,9	1,73	+ 0,03
Natal	3,1	3,2	3,0	3,1	3,1	0
São G. do Amarante	2,1	2,0	2,0	2,1	2,03	-0,07
SMM RMN	2,3	2,25	2,15	2,27	2,22	- 0,08

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 4 de junho de 2016.

O município de Parnamirim foi o que mais contribuiu para a redução do salário médio mensal do grupo analisado, já que houve uma queda de 0,27 smm. Por outro lado, Natal, apesar de manter a maior média salarial, não apresentou variações entre o período. Cumpre frisar que Clementino e Ferreira (2015a) destacam que, Natal, embora mais rica, pois concentra a produção, o dinheiro e os serviços, é o município mais desigual internamente, com visíveis bolsões de pobreza, poluição ambiental e falta de infraestrutura urbana em grande parte de seu território. São Gonçalo do Amarante, por sua vez, registrou uma pequena perda salarial entre o período do PAC 1 e o PAC 2 (-0,07). Por fim, Extremoz, apesar da menor média salarial ao final do período analisado do PAC 2, foi o único que registrou aumento da média salarial entre os períodos analisados. Considerando a inflação acumulada do período (2011-2013), isto é, 18,24%, é pertinente inferir que houve uma perda do poder de compra do consumidor, retraindo de forma substancial a economia.

Em suma, esses dados de uma maneira geral revelam uma região com baixo nível salarial, que traz como consequência um elevado grau de pobreza para as pessoas que vivem nos municípios mais integrados da região metropolitana de Natal, segundo o IBGE (2016) (Média = 42,51% em 2013). Infere-se, portanto, que os baixos ní-

veis salariais podem decorrer das políticas públicas que favorecem a criação de empresas de baixa e média-baixa tecnologia, cenário esse confirmado pelos estudos de Araújo (2010). Por fim, é válido destacar a visão de Clementino (1990) que afirma que a pobreza é a expressão visível dos contrastes medrados pela ação do Estado. Para a referida autora, a pobreza se faz teimosa e recorrente na sua aparição moderna na RMN, revelando a perene distribuição desigual do crescimento.

Considerações finais

Após duas décadas (70 e 80) de esforços desenvolvimentistas da união junto à região Nordeste, onde o estado do Rio Grande do Norte foi diretamente contemplado, a região sofreu com as políticas de reorientação neoliberais adotadas pelo Brasil desde o início de 1990, período em que passou a ser responsável pelo seu próprio desenvolvimento. Em 1985, especificamente, visando desenvolver-se, o estado criou e implementou o PROADI – Programa de Apoio à Industrialização do Rio Grande do Norte, e após 3 décadas, significativos resultados foram gerados. Contudo, o programa não foi competente para disseminar riqueza, emprego e salário em todo o âmbito do estado, havendo como consequência de suas ações uma concentração do produto interno bruto, na RMN, nucleada por Natal. Não obstante, cumpre frisar que Natal passou a ter importância fundamental no PIB da região, em função, não só da sua vocação turística fomentada pelo PRODETUR, principalmente a partir da década de 1990, como também pela concentração dos investimentos do PROADI em seu entorno.

Como vimos, com uma nova filosofia de Gestão, o governo federal, a partir de 2007, voltou a buscar somar as iniciativas locais com as políticas de desenvolvimento nacionais, e lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 28 de janeiro de 2007. Trata-se de um programa de governo que é constituído por um conjunto de políticas econômicas, e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil. O PAC 1 foi um planejamento estratégico inicialmente com foco no setor estruturante, visando o crescimento do

emprego e renda, mas acima de tudo buscou criar base para o crescimento do Brasil.

Especificamente no estado do Rio Grande do Norte, os eixos contemplados com obras concluídas nesse período foram a Logística; a Geração de Energia; Petróleo, gás natural e combustíveis renováveis; e o eixo social urbano. Das obras previstas, foram concluídas a duplicação da rodovia Natal-Arês; Duplicação da BR entre as divisas do Rio Grande do Norte e da Paraíba; Unidade de Transmissão de Energia Potiguar III; Refino e petroquímica Clara Camarão (formulação da gasolina); Luz para todos (52.525 ligações de energia); e a estrutura de Recursos Hídricos da Serra de Santana.

Após as ações do PAC 1, pode-se afirmar que houve um crescimento considerável do PIB nos municípios mais integrados da RMN (62,95%), no número de unidades locais (20,03%), bem como no número de pessoal ocupado assalariado (123,62%). Considerando os dados analisados, e as características da economia local, em última análise, pode-se inferir que os bons resultados foram influenciados apenas de forma tímida pelo PAC 1, já que apenas obras estruturantes e logísticas contemplaram diretamente a região. É prudente inferir, portanto, que os bons números podem também decorrer do então bom momento econômico vivido pelo país, marcado pela baixa inflação, e pela confiança dos investidores na região. Como destaque, ressalta-se o crescimento econômico proporcionado pelo município de Parnamirim, oriundo do setor imobiliário, e por outro lado as ações estratégicas do PRODETUR, focadas no turismo da capital Natal. Contudo, apesar do período revelar uma aumento de 0,05% na média salarial da região analisada, a inflação média acumulada foi significativamente superior (20,56%), evidenciando uma considerável diminuição do poder de compra do trabalhador.

Os efeitos na economia e no mercado de trabalho dos municípios mais integrados da RMN referentes ao período analisado do PAC 2 (2011-2013), o qual buscou priorizar as regiões metropolitanas, foram ofuscados pela crise mundial originada em 2008. É pertinente afirmar que no estado do Rio Grande do Norte, o PAC 2 concentrou

seus investimentos em projetos logísticos, Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa Minha Vida, Água e Luz para todos, saneamento, Mobilidade Urbana e Cidades Históricas. Nesse sentido, é lícito supor que tais direcionamentos amenizaram consideravelmente os efeitos da crise mundial iniciada em 2008 sobre a região, principalmente em função da busca do crescimento do PIB e do mercado de trabalho com investimentos diretos. Como resultado, observou-se significativo crescimento do PIB (59,98%), das unidades locais (+10,56%), e do número de pessoal ocupado assalariado (6,8%) comparado com os números dos resultados do PAC 1. É lícito supor que os resultados seriam ainda mais impactantes caso não houvesse uma recessão mundial. No que tange a variação do salário médio mensal dos municípios mais integrados da RMN, houve uma queda de 1,30% na média salarial ao final de 2013, comparado ao resultado do PAC 1, revelando uma nova perda do poder de compra do consumidor.

Por fim, conclui-se que os investimentos do PAC 1 e 2 somados às políticas públicas locais, principalmente o PROADI e o PRODETUR, geraram efeitos consideráveis na economia e no mercado de trabalho dos municípios mais integrados da RMN, e amenizaram os efeitos da crise econômica mundial, iniciada em 2008, sobre a região objeto de estudo.

Referências

- ADVFN Brasil. (2016), *Portal de investimentos em ações da bolsa de valores do Brasil, com cotações da Bovespa e BM&F*. Disponível em: <http://br.advfn.com/indicadores/ipca>. Acesso em 14 jun. 2016.
- ARAÚJO, Denílson da Silva. (2010), *Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte*. Ed. Massangana / Fundação Joaquim Nabuco.
- _____; SILVA, Marconi Gomes da; PEREIRA, William Eufrásio Nunes. (2015), “Natal: transformações na ordem urbana”. In: CLEMENTINO, Maria do Livramento M.; FERREIRA, Angela Lúcia. *A Região Metropolitana de Natal na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho*. Natal: Letra Capital.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. (1990), *Complexidade de uma urbanização periférica*. Tese (Doutorado) – Instituto de economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____; PESSOA, Zoraide Souza (Orgs.). (2009), Natal, uma metrópole em formação. Educ, PUC-SP, Natal, s.n.

_____; FERREIRA, Angela Lúcia. (2015a), “Transformações recentes na dinâmica urbana da Região metropolitana de Natal”. Belo Horizonte, XVI ENANPUR, Anais.

_____; FERREIRA, Angela Lúcia. (2015b), *Natal: Transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital.

_____; FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia Dantas. (2010), *Turismo e Imobiliário nas metrópoles*, Letra Capital.

_____; PESSOA, Zoraide S. Segmentação numa metrópole em formação. (texto para discussão, S/d). Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo17.pdf>. Acesso em: 01 de junho de 2016.

DANTAS, Eustógio W. Correia; FERREIRA, Angela Lúcia; CLEMENTINO, Maria do Livramento M. (2010), *Turismo e Imobiliário nas Metrópoles*. Rio de Janeiro, Letra Capital.

PAC 1 – Programa de Aceleração do Crescimento. (2010), *Balanço 4 anos (2007-2010)*.

PAC 2 – Programa de Aceleração do Crescimento. (2014), *11º Balanço (2011-2014)*.

VERGARA, Sylvia Constant. (2000), “Projetos e relatórios de pesquisa em administração”. São Paulo: Atlas. In: VIDAL, Soraia Maria do S. C. *Dunas, lagoas e praias - turismo e sustentabilidade (?) em Natal – RN*. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/viewFile/13962/10285>. Acesso em: 11 jun. 2016.

